

• Política

CONSTITUINTE

Ulysses quer evitar o confronto com o governo e sugere trégua

por Zanoni Antunes
de Brasília

O deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte e do PMDB, afirmou ontem que propôs ao ministro Costa Couto, chefe do Gabinete Civil, que todos os esforços devam ser concentrados para a conclusão dos trabalhos da Constituinte. Para isso, explicou o deputado, não se devem criar problemas de confronto, "ainda que verbais".

O relato da conversa é do próprio deputado Ulysses Guimarães após a visita do chefe do Gabinete Civil ao seu presidente. Costa Couto foi o portador da mensagem presidencial para a solenidade de reabertura do Congresso (Câmara e Senado), em recesso desde dezembro último. Durante o encontro, Ulysses disse que lembrou ao ministro que o confronto entre o Poder Executivo e a Constituinte não traz nenhum proveito para a Constituinte, para o País e para o próprio governo.

Sobre a possibilidade de um pacto entre o governo e a Constituinte, o deputado

Ulysses Guimarães disse que o único pacto a se fazer é o "pacto da Constituição, pacto contra a pobreza e as injustiças sociais, representando a maioria da sociedade brasileira". Para isso, segundo revelou, está trabalhando para o entendimento e pacificação através de contatos políticos.

De acordo com o presidente da Constituinte, é importante o desarmamento de espírito "de forma que possamos trazer elementos de pacificação e de entendimento para o País". Nesse sentido, o deputado Ulysses Guimarães revelou que manteve contatos telefônicos ontem com os governadores Orestes Quêrcia, de São Paulo, e Alberto Silva, do Piauí. Hoje o presidente da Constituinte e do PMDB conversa com o governador do Ceará, Tasso Jereissati.

Ao ser indagado se havia lido a mensagem encaminhada pelo presidente José Sarney para a reabertura do Congresso, o deputado Ulysses Guimarães disse que não, mas que soube que "ele (o presidente) se comprometeu com os ideais democráticos".

Garantido o direito de greve e vetada a pluralidade sindical

por Ana Cristina Magalhães
de Brasília

Por ampla maioria a Assembleia Nacional Constituinte assegurou ontem o direito de greve aos trabalhadores.

Um acordo formulado entre todas as lideranças permitiu que o direito de greve, cuja oportunidade e interesse será decidido pelos próprios trabalhadores, fosse aprovado por 436 votos contra 38 e 19 abstenções.

Para que a matéria pudesse ser votada, foi preciso a interrupção da sessão pelo presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), para uma reunião entre os líderes partidários. O ponto central das divergências estava na extensão do direito de greve aos serviços ou atividades consideradas essenciais. Ao contrário do PMDB e dez partidos de esquerda, o "Centrão" não apoiava essa extensão.

A solução encontrada foi estabelecer que quando a greve se der nesses setores, que serão definidos em lei, esta "disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade".

A proposta dividiu o

"Centrão"; a favor de sua aprovação manifestaram-se o deputado José Lourenço (PFL-BA) e o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA); o senador disse que na Constituinte havia os que não queriam a consagração do direito de greve para nenhum trabalhador, enquanto outros desejavam que esse direito fosse irrestrito. O acordo foi o meio termo encontrado e definiu a posição da maioria da Constituinte, disse.

Segundo ele, não se deve esquecer a realidade, e lembrou que hoje há uma lei de greve severa que não é cumprida. E melhor, na sua opinião, ter uma disposição que ordene a vida dos brasileiros. Essa disposição, como foi aprovada, primeiro assegura o direito de greve e depois dá mecanismos para defender a sociedade quando esta sofrer as penas de um direito excessivo.

José Lourenço disse que o acordo não era o que "um ou outro quer, mas sim do que a maioria quer".

Contra a proposta manifestou-se o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP). "A justiça foi posta de lado", afirmou, "agora serão os trabalha-

dores que decidirão sobre a oportunidade de greve, os tribunais ficaram calados e não haverá mais greve ilegal". Cardoso Alves afirmou que o amplo direito à greve não existe em outros países e que a sua concessão irá atingir a população que não pode ficar sem os serviços essenciais. Dos 493 constituintes presentes à hora da votação, apenas 37 votaram com Cardoso Alves.

Outra questão muito negociada na sessão de ontem da Constituinte foi a organização sindical. Também por via de acordo foram apresentadas em plenário duas propostas: uma propondo a unicidade sindical e outra a pluralidade. Em plenário surgiu uma alternativa vinda do Partido dos Trabalhadores que deixava à escolha dos trabalhadores a formação de mais de uma entidade sindical da categoria na mesma jurisdição. Outra inovação da proposta do PT era o fim do imposto sindical.

Votada em primeiro lugar a emenda não foi aprovada. Os constituintes optaram, por 340 votos contra 103 e 42, abstenções, aprovar a emenda fruto de acordo que propunha a uni-

cidade sindical e a manutenção do imposto.

O senador Carlos Chiarelli (PFL-RS), contrário à emenda, disse que a medida obrigará o fechamento de duas das três organizações dos trabalhadores: a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e a União dos Sindicatos Independentes (USI) isto porque o texto diz que "não será constituída mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial".

O presidente da CUT, Jair Meneguelli, disse que a entidade não fechará. Meneguelli, que assistiu às votações da galeria do plenário, disse que a emenda aprovada foi um "golpe na liberdade dos trabalhadores", porque aprovou dispositivos que já existem.

O senador Albano Franco (PMDB-SE), presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), aprovou a escolha da unicidade do fim do imposto sindical, proposto pelo PT, que acarretaria o fechamento de 80% das entidades sindicais, afirmou.

A CUT reage e a CGT apóia a decisão dos constituintes

por Célia Roseblum
de São Paulo

A representação sindical através de um único sindicato de categoria por base e, aprovada ontem pelo plenário da Constituinte, foi recebida com muitas críticas pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e imediatamente aprovada pela Central Geral dos Trabalhadores (CGT). As reações refletiram a posição das entidades que mesmo antes da votação estavam divididas, com a CUT defendendo a liberdade de organização sindical e a CUT apoiando a manutenção da unicidade.

"Não se pode mudar a estrutura sindical de uma hora para outra. A unicidade tem sido benéfica para a classe trabalhadora ao longo dos anos", avaliou Antônio Rogério Magri, presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo e secretário de relações internacionais da CGT. "Foi uma palhaçada. Uma grande covardia política. A unicidade serve apenas para manter o imposto sindical", criticou Gilmar Gar-



Jair Meneguelli

neiro dos Santos, que se empossou na presidência do Sindicato dos Bancários de São Paulo no próximo dia 8, e faz parte da executiva nacional da CUT.

Em nota divulgada ontem, o presidente da CUT, Jair Meneguelli, diz que a unicidade "ignora a realidade do movimento sindical" ao não garantir explicitamente a liberdades centrais sindicais. E assinala a manutenção do imposto sindical como "fonte de corrupção" que distorce a representatividade das entidades. Para ele, o texto aprovado representa "na volta ao passado".

Indústria de base não vê obstáculo por estar ociosa

por Jaime Soares de Assis
de São Paulo

A indústria de bens de capital sob encomenda prevê manter, em 1988, seu número de empregos em torno de 200 mil, patamar semelhante ao do ano passado.

A aprovação da jornada de 6 horas para turnos contínuos e da jornada de 44 horas semanais não provocará um crescimento de nível de ocupação de mão-de-obra no setor que opera com ociosidade de 40%. Em relação à Constituinte os fabricantes de máquinas e equipamentos de grande porte preocupam-se com outra questão, a estabilidade do emprego.

O nível baixo das encomendas do setor não tem justificado a adoção de três turnos, afirma Antônio Teófilo Andrade Orth, presidente da Associação Bra-

sileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base (ABDIB), que reúne 96 empresas. "A redução da jornada para 44 horas não implica em grande impacto", afirma Orth. "Por força de acordos firmados com sindicatos dos trabalhadores da área metalúrgica as indústrias já mantêm uma jornada próxima deste nível.

Segundo o presidente da ABDIB as empresas de São Paulo e do interior do estado, que abrangem entre 80 e 85% das indústrias do setor, já operam com 45 a 46 horas por semana.

A estabilidade no emprego, porém, pelo tipo de encomendas das empresas, limitaria a flexibilidade de contratação e dispensa de mão-de-obra direta de acordo com o volume de pedidos em carteira de cada companhia, afirma Orth.

O impacto da redução da jornada

por Isabel Nogueira Batista
do Rio

Segundo dados preliminares do Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS), a redução da jornada de trabalho para seis horas implica um aumento de 25% do pessoal de operação, o que provocará um crescimento da folha de pagamento do setor acima de 10%. "O impacto sobre a siderurgia é muito forte, tendo implicações no preço do aço e na nossa competitividade externa", disse o secretário-geral do IBS, Rudolf Robert Buhler. Segundo ele, um aumento da produtividade não se faz a curtíssimo prazo, portanto, a medida de redução da jornada, nas condições atuais da indústria nacional, deveria ser repensada.

Uma jornada de trabalho de seis horas, na opinião de Buhler, extrapola as possibilidades atuais de indústrias como as de cimento, têxtil, química e siderúrgica. Uma redução do emprego, como consequência

dessa medida, pode ocorrer em algumas empresas que optem por uma modificação do esquema de operação em suas usinas. "O aumento do custo de produção de toda a indústria de operação contínua, em decorrência da redução da jornada, e levará a um repasse para os preços", comentou Buhler, acrescentando que se não for permitido um repasse, no caso da siderurgia, os prejuízos acumulados nesse setor serão ainda maiores. Isto por causa da defasagem de preços do aço, ainda da época do Plano Cruzado, da ordem de 30%, em média, para alguns processos em análise no Conselho Interministerial de Preços (CIP).

Para o presidente da Associação Comercial do Rio, Amaury Temporal, o impacto da redução da jornada sobre o comércio ainda está sendo avaliado. São sobretudo as indústrias de regime ininterrupto, Temporal citou o caso das plataformas de petróleo, onde não existe lugar para

acomodar mais trabalhadores, que inclusive "possuem a opção" de trabalhar mais de oito horas, dada a inexistência de outro tipo de ocupação. "Dai a importância de evitarmos criar leis genéricas, sem observar o impacto setorial das mesmas", concluiu Temporal.

"Afirmar que os ganhos trabalhistas vão inviabilizar a produção nacional é um erro crasso", comentou o economista e professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio (PUC-RJ), José Márcio Camargo, a respeito da redução da jornada de trabalho, recentemente votada pela Constituinte. Especialista em salários e mercado de trabalho, e autor do livro "Revolução Indesejada", a ser lançado dentro de um mês, onde analisa a evolução do mercado de trabalho no País, nos últimos quatro anos, Camargo classifica a atual discussão sobre os direitos sociais como "uma disputa entre capital e trabalho por fatias de renda".

uma desnecessária atrapalhadação da economia nacional", classificou Temporal. A redução da jornada, no seu entender, vai implicar uma queda da renda, o que, segundo ele, faz parte da "dinâmica econômica".

JORNADA DE TRABALHO MENOR
SÓ TERA UMA SOLUÇÃO
Fatalmente, acredita Temporal, uma jornada de trabalho menor gera ou um aumento de preços compensatório ou uma redução dos salários. Este problema, segundo ele, só poderá ser solucionado por acordos setoriais. Para Temporal, a questão da jornada de trabalho não é matéria para a Constituinte. "O ideal seria deixar o detalhamento da relação capital/trabalho para o acordo coletivo entre as partes", avaliou Temporal.

PMDB

Hoje a eleição do novo líder na Câmara

por Cecília Pires
de Brasília

A bancada do PMDB na Câmara deverá escolher hoje o novo líder desta legislatura para substituir o deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), que exerce o cargo interinamente desde a saída do deputado Luis Henrique da Silveira (PMDB-SC) para o Ministério da Ciência e Tecnologia. Dois candidatos disputam o cargo: o próprio Ibsen, que tem o apoio do presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães, e o deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), que representa o grupo "histórico" do PMDB.

No meio da tarde de ontem, Ferreira Lima entregou a Ibsen um abaixo-assinado solicitando que a eleição fosse adiada para depois do término da Constituinte. "Estamos com nossas preocupações volta-

das para o trabalho constituinte.

Por isso, sugerimos que Ibsen permaneça na terinidade até o final da Constituinte. Não se pode eleger um líder agora quando ele deverá exercer seu cargo num quadro legislativo totalmente diferente, quando terminar a Constituinte", disse Ferreira Lima. O abaixo-assinado tem 138 assinaturas, mais da metade da bancada, e deverá ser votado amanhã pelos deputados, antes do início da votação.

Os adeptos da candidatura de Ibsen também se mobilizaram. Eles haviam conseguido, até o início do ano de ontem, mais de 100 assinaturas, também maioria, portanto, de parlamentares que defendem a candidatura de Ibsen. O abaixo-assinado seria entregue ainda ontem a Ulysses Guimarães.